



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO  
4ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA  
**CumSen 0001224-93.2022.5.17.0004**  
EXEQUENTE: BRUNA ANDRADE DE ARAUJO  
EXECUTADO: BELLA - ESTETICA E BELEZA LTDA E OUTROS (2)

### EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO

A Excelentíssima Juíza da 4ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, FAZ SABER que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, para alienação por valor não inferior ao da avaliação, nos termos do § 1º do art. 888 da CLT e Art. 885 do CPC/2015.

O leilão ocorrerá na modalidade **ELETRÔNICA** de alienação, no ambiente do site **www.suedpeterleiloes.com.br**, tendo sua abertura **no dia 02/07/2026 a partir das 15:00h** e encerramento **no dia 20/07/2026 a partir das 15:00h**.

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante ao leiloeiro, além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação. O depósito a ordem do Juízo deverá ser efetuado pelo leiloeiro, além da prestação de contas nos termos do art. 884, IV, V e parágrafo único do CPC/2015.

Os lances serão preferencialmente pagos integralmente à vista no ato do leilão, ou 20% no ato do leilão e o restante em 24 horas, nos termos do Art. 888, § 2 e § 4 da CLT.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente. Quando se tratar de bens móveis, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC/2015 e Art. 159 CPC/2015).

O local para onde serão removidos os bens, bem como o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) executado(a) não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

**Descrição do imóvel: Apartamento nº 1104, com as seguintes características: varanda, 01 suíte com acesso a varanda, 01 suíte com lavabo e banheiro reversível, 01 suíte, estar/jantar, 01 quarto, circulação, cozinha, área de serviços, depósito, WC e laje para Split, com área privativa total de 141,63m<sup>2</sup>, área real de 218,75 m<sup>2</sup> e a fração ideal de 0,018228 do EDIFÍCIO COSTA DEL MAR, situado a Rua Joaquim da Mota, nº 355, Praia da Costa, neste Município. Matrícula: 133.818 do Cartório de Registro de Imóveis de Vila Velha 1º Ofício – 1ª Zona.**

**Obs.: De acordo com a resposta da Caixa Econômica Federal, juntada aos autos no id. 916b084, informa-se que o contrato habitacional do executado LAWRENCE CASTILHO LEITE (CPF/CNPJ 012.208.946-48) encontra-se devidamente quitado pendendo de pagamento apenas parcelas de despesas recuperáveis no valor de R\$ 1.503,37.**

**Valor da avaliação: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).**

**Localização do(s) bem(ns): EDIFÍCIO COSTA DEL MAR, situado a Rua Joaquim da Mota, nº 355, Praia da Costa - Vila Velha - ES**

**Valor da avaliação: R\$1.500.000,00 - avaliação realizada em 19/11 /2024.**

Fiel depositário: **BRUNA ANDRADE DE ARAUJO (CPF/CNPJ 111.190.817-69 (Reclamante))**

Valor de Execução: **R\$ 156.541,32** (cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) - Atualizado até 01/04/2026.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados. Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não deve recair qualquer dívida anterior, pois estas se sub-rogam no preço da arrematação. (Parágrafo único Art. 130 CTN e Art. 908, § 1º do CPC/2015).

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC/2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado [www.suedpeterleiloes.com.br](http://www.suedpeterleiloes.com.br) e também afixado na sede do juízo.

Ficam o(s) exequente(s) e seus(suas) advogados(as); o(s) executado(s) e seus(suas) advogados(a), desde já, intimados da realização do leilão, e seus respectivos cônjuges, se houver.

Caso algumas das partes se encontrem em local incerto e não sabido, ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO (Art. 889, Parágrafo único, CPC/2015).

VITORIA/ES, 07 de maio de 2026.

**JULIANA CARLESSO LOZER**  
Magistrado



Documento assinado eletronicamente por JULIANA CARLESSO LOZER, em 07/05/2026, às 15:47:00 - 066fda3  
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/26050713463803900000045173947?instancia=1>  
Número do processo: 0001224-93.2022.5.17.0004  
Número do documento: 26050713463803900000045173947